



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 10ª (DÉCIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR
VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE
RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 17 (*dezessete*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 10ª (*décima*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/6564/2018 – Auto de Infração: 1/201815919. Recorrente: FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, em grau de preliminar, declarar a **nulidade** do feito fiscal, em razão de divergência relativa a natureza da infração, entre o relato do auto de infração, que faz referência a acusação de deixar de escriturar notas fiscais emitidas, e as informações constantes no documento Informações Complementares, que acusa o contribuinte de falta de recolhimento, acarretando preterição do direito de defesa do contribuinte. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, que ficou designado para lavrar Resolução e em desacordo com Parecer da Assessoria Processual Tributária, que foi referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Dalcília Bruno Soares, relatora originária, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Michel André Bezerra Lima Gradvohl, que foram contrários à nulidade com fundamento no art. 84, §6º, da Lei nº 15.614/2014, conforme o voto Conselheira Dalcília Bruno Soares, a seguir transcrito: “Afasto a nulidade por entender que as incorreções identificadas no Auto de Infração não acarretam nulidade do lançamento, tendo em vista que há elementos suficientes no relato do auto de infração e nas Informações Complementares, para determinar o sujeito passivo, a natureza da infração e o montante do crédito tributário, nos termos do art. 84, §6º, da Lei nº 15.614/2014”. Registre-se a

ausência do representante legal da Recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves, apesar de ter sido regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/6565/2018 – Auto de Infração: 1/201815923. Recorrente: FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e por maioria de votos, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, tendo em vista que as Informações Complementares, o crédito tributário lançado e demais documentos fazem referência aos períodos de 2014 e 2015. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros ressaltaram que o demonstrativo do crédito tributário a ser registrado nos sistemas corporativos da Sefaz, deverá ser identificado o valor referente a cada ano, conforme consta das Informações Complementares, para fins de cálculo de juros. Vencidos os Conselheiros Ivete Maurício de Lima e Fredy José Gomes de Albuquerque, que votaram pela parcial procedência, excluindo o ano de 2015 do levantamento fiscal, tendo em vista que o Auto de Infração faz referência somente ao período de 2014. Registre-se a ausência do representante legal da Recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves, apesar de ter sido regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/6567/2018 – Auto de Infração: 1/201815922. Recorrente: FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** Após o relato e por ocasião dos debates, a Conselheira Ivete Maurício de Lima demonstrou interesse em proceder análise mais detalhada das notas fiscais objeto da autuação, e formulou, na forma regimental, **pedido de vista**, sendo o seu pleito deferido pela Presidente. Registre-se a ausência do representante legal da Recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves, apesar de ter sido regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/6568/2018 – Auto de Infração: 1/201815917. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário para deliberar sobre as seguintes questões, apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob o fundamento de que as Informações Complementares ao Auto de Infração não descrevem com precisão os fatos que motivaram a autuação, nem as circunstâncias em que o ato foi praticado** – Foi afastada por maioria de votos, por não se vislumbrar, no caso específico, prejuízo ao direito de defesa do contribuinte, pois apesar do equívoco, as informações contidas no documento Informações Complementares, somadas às informações presentes na relação das notas fiscais (fl. 11 dos autos), dissiparam qualquer dúvida que por ventura o contribuinte viesse a ter sobre a acusação fiscal. Vencido o Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão, que foi favorável à nulidade por entender que há divergência relativa a natureza da infração entre o relato do auto de infração e as Informações Complementares, considerando que o A.I. acusa o contribuinte de omissão de registro de notas fiscais de entradas, enquanto as Informações Complementares se referem a omissão de registro de notas fiscais de saída. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao reexame necessário, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, L, da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se a ausência do representante legal da Recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves, apesar de ter sido regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da

Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 de agosto do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA